



**CENTRO UNIVERSITÁRIO SÃO JUDAS TADEU – CAMPUS UNIMONTE  
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS - CURSO PSICOLOGIA**

**GUSTAVO SAMPAIO DINIZ**

**JÉSSICA MEIRELES MARQUES**

**LEONELA DE JESUS COVA**

**LUANA SILVA PEREIRA**

**THAYZE KAROLINE DUARTE DE MENEZES**

**EFEITOS PSICOLÓGICOS CAUSADOS POR RELAÇÕES ABUSIVAS:**

**UM RECORTE RACIAL**

Santos

2023

**GUSTAVO SAMPAIO DINIZ  
JÉSSICA MEIRELES MARQUES  
LEONELA DE JESUS COVA  
LUANA SILVA PEREIRA  
THAYZE KAROLINE DUARTE DE MENEZES**

**EFEITOS PSICOLÓGICOS CAUSADOS POR RELAÇÕES ABUSIVAS:**

**UM RECORTE RACIAL**

Projeto de Conclusão de Curso apresentado ao curso de graduação em Psicologia do Centro Universitário São Judas - Campus Unimonte como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Psicologia.

Orientadora: Profa. Vanessa Monteiro Bizzo Lobo, Me.

Santos  
2023

**GUSTAVO SAMPAIO DINIZ**  
**JÉSSICA MEIRELES MARQUES**  
**LEONELA DE JESUS COVA**  
**LUANA SILVA PEREIRA**  
**THAYZE KAROLINE DUARTE DE MENEZES**

**EFEITOS PSICOLÓGICOS CAUSADOS POR RELAÇÕES ABUSIVAS:**

**UM RECORTE RACIAL**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado à obtenção do título de Bacharel em Psicologia e aprovado em sua forma final pelo Curso de Psicologia do Centro Universitário São Judas Tadeu, campus Unimonte.

Santos, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

---

Prof. e Orientador: Vanessa Monteiro Bizzo Lobo, Me.  
Centro Universitário São Judas – Campus Unimonte

---

Prof. Danilo Briscese Martinez, Me.  
Centro Universitário São Judas – Campus Unimonte

---

Prof. Ana Maria Melo e Souza, Dra.  
Centro Universitário São Judas – Campus Unimonte

## **AGRADECIMENTOS**

Aos nossos familiares e amigos, pelo incentivo e apoio ao longo da nossa jornada acadêmica, principalmente no período de isolamento social devido à pandemia.

Aos nossos professores, pela paciência e pelos ensinamentos que tanto contribuíram para o nosso desempenho e evolução profissional.

Ao nosso grupo, pelo respeito e comprometimento que sempre tivemos um com o outro.

## RESUMO

A violência, que é uma forma de infringir os direitos humanos, tem suas ramificações e uma delas é a violência doméstica, presente em relacionamentos abusivos. Considerando relacionamentos heterossexuais compostos por homens e mulheres cisgêneros, este trabalho propõe analisar o sofrimento psíquico em mulheres que vivenciam esse tipo de relação e investigar, fazendo um recorte racial, quem é o maior alvo desse tipo de violência e conseqüentemente quem sofre mais efeitos psicológicos por conta disso: a mulher branca ou a negra. Dessa forma, pretende-se observar se o racismo também está presente nesse contexto. Para isso, conta-se com uma pesquisa bibliográfica, coletando dados por meio da plataforma Scielo e pela biblioteca virtual Pearson. Assim, livros e artigos foram selecionados para serem analisados e discutidos neste trabalho, apoiando-se na psicologia social. Entender o sofrimento das mulheres que vivenciam relações afetivas destrutivas é necessário para, não só compreender mais sobre esse fenômeno sociológico, como também auxiliar essas mulheres a desenvolverem seu autoconhecimento e trabalharem seu empoderamento. Para a psicologia social, realizar um recorte racial das vítimas em relações afetivas destrutivas pode contribuir na investigação dos fatores conflitantes e auxiliar na luta antirracista nacional.

**Palavras-chave:** Relacionamento abusivo. Racismo. Psicologia social. Mulheres.

## **ABSTRACT**

Violence is a way of violating human rights and one of its ramifications is domestic violence, which is present in abusive relationships. This study proposes to analyze the psychological suffering of women who experience abusive relationships, with an emphasis on the racial portrait of the victims. The objective is to investigate who is the main target of this type of violence and who suffers more psychological impacts: white women or black women, considering heterosexual relationships composed of cisgender men and women. The aim is also to observe the influence of racism in this context. The research was conducted through a literature review, using platforms such as Scielo and Pearson Virtual Library to collect relevant data. The analysis and discussion of the selected books and articles were based on social psychology. Understanding the suffering of these women is important not only to understand this type of violence and its sociological characteristics but also to help them develop their self-knowledge and empowerment. In addition, for social psychology, conducting a racial profile of victims of abusive relationships can contribute to the investigation of conflicting factors and support the anti-racist struggle in the country.

**Keywords:** Abusive relationships. Racism. Social psychology. Women.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	9
<b>2. REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	12
<b>3. OBJETIVOS</b> .....	16
3.1 OBJETIVO GERAL.....	16
3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	16
<b>4. METODOLOGIA</b> .....	17
4.1 TIPO DE PESQUISA.....	17
4.2 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS .....	18
4.3 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS .....	19
<b>5. ANÁLISE DOS RESULTADOS</b> .....	23
5.1 O SOFRIMENTO PSÍQUICO DE MULHERES CISGÊNERO EM RELACIONAMENTOS HETEROSSEXUAIS ABUSIVOS.....	23
5.2 A RELAÇÃO ENTRE RACISMO E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.....	28
5.3 MULHERES NEGRAS X MULHERES NÃO NEGRAS .....	31
5.4 A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER À LUZ DA PSICOLOGIA SOCIAL .	36
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	39
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:</b> .....	41

## 1. INTRODUÇÃO

Partindo de um grupo remoto de estudos com a finalidade de discutir sobre relacionamentos abusivos com base no livro “Relações destrutivas” de Avery Neal, despertou-se o interesse do grupo pelo assunto, visto que a obra aborda questões importantes sobre comportamento, relacionamentos e sobre a dificuldade de enfrentamento que muitas mulheres vítimas de relacionamentos destrutivos encaram em nosso país diariamente e que, em muitos casos, levam a situações extremas, como feminicídio, por exemplo.

Após a participação no grupo de estudos supracitado e algumas pesquisas sobre o tema à luz da psicologia social em artigos da plataforma *Scielo*, o grupo questionou-se sobre a possibilidade de interferência de fatores raciais no sofrimento psíquico, ou seja, se as mulheres negras envolvidas nesse tipo de relação sofrem mais no âmbito da saúde mental quando comparadas às mulheres brancas.

Em um estudo realizado por pesquisadores da Escola de Enfermagem e da Faculdade de Medicina da UFMG, observou-se que aproximadamente 8% das mulheres brasileiras sofrem algum tipo de violência por parte de seu parceiro, com maior prevalência para a violência psicológica (7,07%). A Lei nº 13772/18 de dezembro de 2018 define violência psicológica como:

Qualquer conduta que cause danos emocionais e diminuição da autoestima, que prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise a degradar ou a controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir, ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação. (BRASIL, 2018:2)

Frequentemente, são noticiados nas mídias casos de violência praticados contra mulheres no Brasil. São vítimas de crimes com os mais diversos contextos, tais como abuso sexual, término de relacionamentos de forma violenta, consumo de álcool e drogas por parte dos companheiros, entre outros.

Analisando algumas pesquisas de artigos da plataforma *Scielo*, identificou-se que um grupo específico merece atenção: as mulheres negras, que representam a maioria das vítimas.

Conforme divulgado pelo Instituto Patrícia Galvão (2013), ocorreu uma queda no número de homicídios entre as mulheres brancas – cerca de 9,8%, enquanto as mortes entre as mulheres pretas aumentaram em 54,2% no ano de 2013.

Dados oficiais da Secretaria de Segurança Pública da Bahia apontam que, durante o período da pandemia, a cada oito minutos uma mulher foi vítima de violência e dentre elas, mais da metade são negras (2021).

Números da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) mostram que, nos primeiros meses do ano de 2016, os atendimentos telefônicos no disque denúncia totalizaram 555.634 ligações, e dessas, mais de 59% foram realizadas por mulheres negras.

Todos esses números trazem à tona a necessidade da atenção específica a esta população historicamente marginalizada e invisível perante o restante da sociedade, visando a elaboração de políticas públicas voltadas especialmente à prevenção e diminuição dos casos de agressões, abusos e feminicídios.

Segundo Santos et al (2023), quando se trata da população negra, observam-se índices elevados de violência dos mais variados tipos, culminando inclusive em casos de óbitos precoces.

Em *O Segundo Sexo*, a filósofa francesa Beauvoir (2020) explica que a definição de ser mulher é influenciada pelo olhar masculino e o homem enxerga a mulher em uma posição de submissão na hierarquia social. Em relação à mulher negra, sua posição é ainda mais inferior.

De acordo com Santos et al (2023), as mulheres negras representam o oposto entre a masculinidade e a branquitude, assim ocupam um espaço à margem, pois são negras e mulheres.

A masculinidade heterossexual, que é predominante, inferioriza as expressões da mulher de quaisquer grupos raciais.

Entretanto, o racismo promove maior desvalorização e opressão para as mulheres negras nas relações afetivas, sociais e políticas.

Fonseca (2012) constatou que a violência psicológica é predominante, já que essas mulheres sofrem danos emocionais a longo prazo.

Por isso, é relevante tratar deste tema a fim de compreender as particularidades desse fato e investigar quais são esses prejuízos provocados principalmente na esfera psicológica.

Segundo Carrijo & Martins (2020), a relevância deste estudo se faz a partir do momento em que se destaca que não há democracia racial no Brasil e quando se aponta que o racismo subalterniza a população feminina negra e isso é percebido pelo alto índice de violência doméstica, demonstrando a urgência de se pensar e implementar políticas públicas visando a prevenção dessa prática e meios de proteção às vítimas.

Entender o sofrimento das mulheres que vivenciam relações afetivas destrutivas é necessário para não só compreender mais sobre esse fenômeno sociológico como também auxiliar essas mulheres a desenvolverem seu autoconhecimento e trabalharem seu empoderamento e, para isso, a psicologia social pode contribuir significativamente.

Quando se fala de violência doméstica contra mulheres negras, a situação é ainda mais preocupante. Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em 2020, 17 milhões de mulheres foram vítimas de alguma forma de violência no Brasil. Essa violência atinge 52% das mulheres negras. A psicologia social tem um papel fundamental na investigação de como a violência do racismo age no psiquismo das suas vítimas.

A primeira face da violência racista tende a destruir a identidade do sujeito negro, motivando uma perseguição ao próprio corpo. Através da internalização de um Ideal de Ego branco, o sujeito negro é obrigado a formular para si um projeto identificatório incompatível com as propriedades biológicas do seu corpo, o qual tenta alcançar mesmo à custa de sua felicidade, quando não de seu equilíbrio psíquico. (CARRIJO & MARTINS, 2020)

Para a psicologia social, realizar um recorte racial das vítimas em relações afetivas destrutivas pode contribuir na investigação dos fatores conflitantes e auxiliar na luta antirracista nacional.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

A psicologia social é o estudo científico da influência recíproca entre as pessoas e dos processos cognitivo e afetivo gerados por esta interação.

À exceção da figura legendária de Robinson Crusóe e de eremitas, todos os seres humanos vivemos em constante processo de dependência e interdependência em relação a nossos semelhantes. Um aperto de mão, uma reprimenda, um elogio, um sorriso, um simples olhar de uma pessoa em direção a outra suscitam nesta última uma resposta que caracterizamos como social. Por sua vez, a resposta emitida servirá de estímulo à pessoa que a provocou, gerando, por seu turno, um outro comportamento desta última, estabelecendo-se assim o processo de interação social. (RODRIGUES; ASSMAR; JABLONSKI, 2015, p.13)

Para o desenvolvimento do tema escolhido, a psicologia social pode contribuir em diversos aspectos: conhecer a realidade social dos indivíduos, por exemplo, auxiliar na pesquisa e no desenvolvimento.

Para entender o sofrimento psíquico em mulheres que vivenciam relações afetivas destrutivas antes é necessário entender o contexto social dessas mulheres, assim como funcionam os relacionamentos e que tipo de efeitos elas sofrem por estarem em uma relação considerada destrutiva.

A psicologia social também se relaciona com o tema devido à necessidade de estudar comportamentos em momentos que o indivíduo está cercado de outras pessoas, tendo como parte de sua ideologia a diferença de comportamento de quando o indivíduo está sozinho ou convivendo/interagindo em sociedade.

A ideologia apresentada contribui para o estudo das relações bem como para o conhecimento da intenção e do comportamento dos indivíduos envolvidos em um relacionamento abusivo.

Segundo Strey (2013), dentro da psicologia social científica, os temas relacionados à gênero não eram tão expressivos e costumavam aparecer mais em contextos relacionados ao sexo, onde era possível encontrar os experimentos laboratoriais e de campo relativos às diferenças encontradas entre homens e mulheres.

Diante deste cenário, surgiu a necessidade da crise da psicologia social, sobre as pressões dos movimentos feministas iniciados antes do século XX. A temática de gênero é um conceito que passa por todas as áreas da psicologia e áreas do conhecimento, porém possui uma forte ligação com a psicologia social, particularmente para aquela que possui um olhar voltado para a história, sociedade e cultura, conseguindo compreender o ser humano dentro dessas instâncias, sem a possibilidade de separá-las em sua base de compreensão.

Através do estudo da hierarquia de gênero constituída ao longo dos anos, torna-se possível compreender como o papel da mulher na sociedade foi se estabelecendo com o passar do tempo. Claramente, é possível notar o quanto esta hierarquia ainda se encontra presente, ainda que de forma muitas vezes velada, nas relações profissionais, pessoais e afetivas na vida de muitas mulheres.

O patriarcado, de acordo com Strey (2013), é uma forma de hierarquia, em que os homens detêm o poder e as mulheres são subordinadas. Numa sociedade patriarcal, a autoridade social efetiva sobre as mulheres é exercida através dos papéis de pai e de marido. Sob as condições patriarcais, as mulheres às vezes exercem autoridade através do papel de mãe em oposição aos outros papéis familiares, tais como esposa, filha, irmã ou tia.

Na sociedade, atualmente, existe uma grande expectativa diante dos comportamentos esperados do homem e da mulher:

Muitas pessoas assumem que os homens são naturalmente mais agressivos. As mulheres são encorajadas, às vezes, a desenvolver a assertividade, mas os homens são incentivados a canalizar o que é visto como um recurso natural, possivelmente ligado ao cromossomo Y. Algumas teorias alternativas argumentam que homens e mulheres são basicamente semelhantes, ao menos com respeito a seus potenciais intelectuais e emocionais. Nesta visão, as diferenças entre mulheres e homens refletem valores culturais, ou seja, espera-se que homens sejam de uma maneira e mulheres sejam de outra (Oakley, 1972 apud Strey, 2013, p. 4).

Para Strey (2013), as diferenças sexuais são discutidas se são de origem biológica ou oriundas de práticas de socialização, mas quase sempre enfocadas no indivíduo como sendo a fonte de tais diferenças, o que acaba se tornando um problema, pois generaliza os resultados das pesquisas. Seguindo esta perspectiva,

é possível ver inúmeros estudos que costumam buscar diferenças em características de personalidade e comportamentos sociais, atitudes emocionais, comportamentos agressivos, de ajuda, influência social, principalmente no que diz respeito às mulheres, destacando conceitos como medo do sucesso, enfatizando a moralidade do apego e muitas questões ligadas à responsabilidade.

Os homens costumam ser considerados de forma mais instrumental (aqueles que agem, competem), sendo estes avaliados como mais positivos, pois as mulheres são mais ligadas a questões afetivas, as quais nem sempre serão analisadas nas pesquisas realizadas. Os pesquisadores costumam admitir a importância de não generalizar os resultados, visto que é variável e que possui semelhanças culturais.

Segundo a pesquisa de Pereira (2022), estudioso em psicologia social, as mulheres negras lideram o ranking quando o assunto é feminicídio, violência doméstica e obstétrica, assim como são sempre desqualificadas, ocupando espaços e posições inferiores e sofrendo as consequências do machismo e do racismo.

O pesquisador ressalta que é de extrema relevância problematizar questões pelas quais as mulheres brasileiras enfrentam desafios. Assim, um estudo considerando o tema racial significa contribuir para oferecer visibilidade para essa população.

De acordo com o autor, no século XVIII, a cor da pele passou a determinar a raça das pessoas, classificando-as como: branca, amarela ou negra. Depois, outras características físicas foram consideradas, estabelecendo uma hierarquização de valores entre as raças, associando tais características a fatores psicológicos, morais, culturais e intelectuais. Assim, as pessoas brancas ganharam uma posição de superioridade em relação às negras.

Pereira (2022) afirma que ser negro no Brasil é ser frequentemente violentado e excluído no âmbito político, educacional e cultural.

Lima e Vala (2019) trazem uma definição sobre racismo:

O racismo constitui-se num processo de hierarquização, exclusão e discriminação contra um indivíduo ou toda uma categoria social que é definida como diferente com base em alguma marca física externa (real ou imaginada), a qual é ressignificada em termos de uma marca cultural que define padrões de comportamento. (Lima; Vala, 2019, p. 402 apud ROSSOW, ALVES & MENEANDRO)

Com relação ao desenvolvimento do comportamento preconceituoso, tanto a aprendizagem quanto à apropriação de significados e necessidade de uso de tais manifestações, são processos que se adquirem por meio da socialização.

Pereira (2022) explica que o branco criou o processo de branqueamento a fim de garantir a sua cor como padrão. Inclusive, a mestiçagem racial trata-se de uma estratégia de embranquecimento desde o período colonial.

Para o estudioso, ser mulher e negra em uma sociedade machista e racista é uma experiência duplamente opressora:

As mulheres negras tiveram uma experiência histórica diferenciada que o discurso clássico sobre a opressão da mulher não tem reconhecido, assim como não tem dado conta da diferença qualitativa que o efeito da opressão sofrida teve e ainda tem na identidade feminina das mulheres negras. (Carneiro, 2003 apud Pereira, 2022, p.21).

Foi realizada uma pesquisa, em 2017, que apontou que a taxa de mortalidade da mulher negra sofreu um aumento de 22% entre os anos de 2005 e 2015, já em relação as mulheres não negras houve uma diminuição de 7,4%. Mais especificamente em relação a mortes por violência, agressão, a mulher negra também está a frente com um índice de 65,3%, explica Pereira (2022).

Lima & Vala (2019) pontuam que as análises da psicologia acerca das questões sobre o preconceito começaram no início do século XX, envolvendo, mais especificamente, o preconceito racial, devido ao contexto da escravização dos negros nas Américas, tendo os povos Europeus como principais colonizadores.

Lima & Vala (2019) destacam ainda como as relações de poder entre diferentes grupos possibilitam a construção de preconceitos, considerando o lado dominante sobre o dominado. A partir das ações desses grupos estabelecem-se regras e critérios sobre o que e quem é considerado correto ou mais adequado perante a sociedade.

### 3. OBJETIVOS

#### 3.1 OBJETIVO GERAL

O objetivo deste estudo é realizar uma revisão bibliográfica em artigos publicados na plataforma *Scielo* no período de 2000 a 2023, que abordam a relação entre relacionamentos destrutivos sofridos por mulheres cisgêneros heterossexuais e a relação desse tipo de violência com aspectos raciais.

#### 3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Analisar artigos que abordam o sofrimento psíquico de mulheres cisgêneros em relacionamentos heterossexuais abusivos;

Demonstrar a relação entre racismo e violência doméstica;

Comparar o sofrimento em relações abusivas vivenciado por mulheres negras x mulheres brancas;

Discutir a violência doméstica contra a mulher à luz da psicologia social.

## 4. METODOLOGIA

### 4.1 TIPO DE PESQUISA

De acordo com Severino (2017), a pesquisa bibliográfica pode ser entendida como aquela que é realizada à partir de um registro disponível, oriundo de pesquisas já realizadas anteriormente por outros pesquisadores, utilizando dados ou conceitos teóricos e impressos em artigos, teses, livros, onde se tornam fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador pode, então, trabalhar diante das contribuições dos autores dos estudos analíticos que estão presentes nos textos.

Segundo o autor supracitado, referente aos objetivos de uma pesquisa bibliográfica, esta pode ser de caráter exploratório, descritivo ou explicativo. Neste trabalho, será utilizada a pesquisa exploratória, que possui o objetivo de levantar informações sobre um determinado objeto, demarcando um campo de trabalho, elaborando as condições de manifestação desse objeto. Ela pode ser considerada como uma preparação para a pesquisa explicativa.

Para Brasileiro (2021), as pesquisas de revisão bibliográfica são constituídas por livros, publicações científicas, anais de congressos, entre outros, utilizando a coleta de dados como base. Apesar disso, tal pesquisa não pode ser configurada como uma simples transcrição de ideias.

O autor ainda ressalta que:

A pesquisa exploratória é definida como a realização em propostas de pesquisa em que há pouco conhecimento acumulado por parte da comunidade científica ou quando não existem elementos ou dados suficientes para o pesquisador. Visa tornar determinado fenômeno mais familiar e ajudar o pesquisador a construir hipóteses. O pesquisador faz levantamento bibliográfico, sondagem e observação. (BRASILEIRO, 2021, p. 76).

Segundo Raupp & Beuren (2006), a pesquisa exploratória ocorre quando existe pouco conhecimento sobre a temática a ser abordada. Por meio desse tipo de estudo, busca-se uma profundidade maior do assunto, tornando-o mais claro ou construindo questões importantes para o início da condução da pesquisa.

Gil (1999) aponta que a pesquisa exploratória tem o objetivo de proporcionar uma visão geral sobre um determinado fato. É normalmente utilizada quando não existem muitas informações sobre o tema escolhido.

Gil (1999) também define o objetivo da pesquisa exploratória de desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias tendo em vista problemas mais precisos. O autor apresenta que esse tipo de pesquisa é planejada com o objetivo de proporcionar uma visão geral acerca de determinado assunto.

Compreende-se que:

Estas pesquisas têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado. (GIL, 2002, p.42)

Ainda segundo Gil (2002) esse tipo de pesquisa traz o papel de agente ativo ao pesquisador, responsável por determinar os objetos de estudo, selecionar as variáveis capazes de influenciá-los e definir as formas de controle e observação dos efeitos que essas variáveis podem produzir no objeto.

#### 4.2 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

Os artigos e materiais estudados foram pesquisados na base de dados SCIELO e na Biblioteca Virtual Pearson.

Para seleção, foram escolhidos os artigos que se encontravam, em sua grande maioria, dentro do período de 2000 a 2023 e que continham as palavras-chave pesquisadas. Esse período foi escolhido por se tratar de uma fase importante para o tema estudado, pois notamos que as problemáticas em relação ao racismo e a violência contra as mulheres, dois conceitos-chave que estão sendo abordados neste estudo, vêm sendo amplamente discutidos nos diversos setores da sociedade.

Desta forma, justifica-se a ocorrência de maior número de publicações disponíveis sobre os temas. Foram excluídos os materiais que não tivessem relação com a psicologia ou que estivessem fora do período definido, com exceção de quatro artigos considerados relevantes, portanto, mantidos.

Em uma primeira consulta foram selecionados vinte textos, envolvendo artigos e livros. Desses, apenas doze serviram de amostra para serem analisados, posteriormente mais trinta fontes foram pesquisadas e selecionadas dentre elas vinte e três referências para serem discutidas neste trabalho. Por fim, foram utilizados mais cinco artigos aproximadamente a fim de complementar a pesquisa.

#### 4.3 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS

Após a coleta de dados, os artigos e materiais encontrados foram agrupados em categorias de análise conforme apresentado no quadro a seguir:

Quadro 01 – materiais selecionados

<b>Autores/as</b>	<b>Título</b>	<b>Ano</b>	<b>Assunto tratado</b>
PEREIRA, F. C. P.	Temas em psicologia social: mulheres e gêneros	2022	Psicologia social e gêneros
STREY, M. N.	Psicologia social contemporânea	2013	Psicologia social
CARRIJO, C.; MARTINS, P. A.	A violência doméstica e racismo contra mulheres negras.	2023	Racismo, mulheres negras, violência doméstica, ideal de ego e psicanálise
BANDEIRA, L. M.	Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação	2014	Violência, mulher e lei Maria da Penha
CAVA, P.; BRAGA, P. de A. T.; NETO, R. M.; ZANOLI, V.	Cisgênero e cissexual	2022	Gênero, sexualidade e mulher
CERQUEIRA et al	Atlas da violência	2021	Violência, mulher negra e mulher não negra

CHOLODOVSKIS, K. M.; CHOLODOVSKIS, S. A. D.	Proposta da psicologia social para a prevenção/intervenção na violência intrafamiliar	2014	Psicologia social, violência intrafamiliar e intervenção
DAHLBERG, L. L.; KRUG, E. G.	Violência: um problema global de saúde pública	2006	Violência e saúde
GARCIA, A. L. C.; BEIRAS, A.	A psicologia social no estudo de justificativas e narrativas de homens autores de violência	2019	Violência contra a mulher, homens e relatos
NEAL, A.	Relações destrutivas: se ele é tão bom assim, por que eu me sinto tão mal?	2018	Violência doméstica, relações abusivas e mulheres
HANADA et al	Os psicólogos na rede de assistência a mulheres em situação de violência	2010	Violência contra a mulher, psicólogos e rede comunitária
BRASIL, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	Lei Maria da Penha	2006	Lei, violência doméstica e mulher
AMARAL et al	Violência doméstica e a Lei Maria da Penha: perfil das agressões sofridas por mulheres abrigadas em unidade social de proteção	2016	Violência doméstica, mulheres e agressão
ZART & SCORTEGAGNA	Perfil sociodemográfico de mulheres vítimas de violência doméstica e circunstâncias do crime	2015	Violência doméstica, mulheres
PAIVA & TEIXEIRA	Violência contra a mulher e adoecimento mental: percepções e práticas de profissionais de saúde em um centro de atenção psicossocial	2021	Violência, adoecimento mental, atenção psicossocial.

NUNES	Racismo no Brasil: tentativas de disfarce de uma violência explícita	2006	Racismo, violência
WERNECK	Racismo institucional e saúde da população negra	2016	Racismo institucional, negros, saúde
GONÇALVES FILHO	A dominação racista: o passado presente	2017	Racismo, dominação racista
OLIVEIRA & KUBIACK	Racismo institucional e a saúde da mulher negra: uma análise da produção científica brasileira	2019	Racismo institucional, saúde da mulher, mulher negra
OLIVEIRA	Saúde da população negra	2003	População negra, saúde
PEREIRA	Tramas e dramas de gênero e de cor: a violência doméstica e familiar contra mulheres negras	2013	Violência Doméstica e Familiar, Mulheres Negras, Gênero, Cor/ Raça.
SUAREZ	Autenticidade de gênero e de cor	1998	Violência doméstica, gênero e raça
BRITO	Sociedade: mulher, negra e pobre – a tripla discriminação	2004	Violência, trabalho, educação e lutas
PEREIRA, CAMARGO & AOYAMA	Análise funcional da permanência das mulheres nos relacionamentos abusivos: um estudo prático.	2018	Violência doméstica, mulher e relacionamentos abusivos
GOMES et al	Permanência de mulheres em relacionamentos violentos: desvelando o cotidiano conjugal	2022	Violência contra a mulher, violência por parceiro íntimo e saúde pública

SILVA	A solidão da mulher negra: a cor do amor em relacionamentos conjugais	2021	Relacionamentos conjugais, mulheres negras, cor, raça
AMORIM & MESSIAS	Relações afetivas e mulheres negras: objeto sexual ou solidão	2019	Relações afetivas, mulher negra

Fonte própria.

A análise qualitativa será a proposta, por buscar investigar uma realidade que não pode ser quantificada.

Segundo Gomes e Minayo (2014), a análise qualitativa não tem como objetivo relatar opiniões próprias. O objetivo da análise qualitativa é realizar um levantamento de um conjunto de opiniões e representações sociais sobre o assunto que será investigado.

O estudo do material não necessita da utilização explícita das falas e expressões ditas durante a coleta de dados, pois a dimensão sociocultural das opiniões e representações de um grupo que tem características iguais possui muitos pontos em comum ao mesmo tempo que possuem sua própria individualidade como sujeito.

Sempre haverá conflito de opiniões e crenças dentro de um mesmo grupo social e a análise qualitativa tem a responsabilidade de lidar com a diferenciação interna dos grupos. Ao analisar as informações fornecidas em uma pesquisa qualitativa, deve-se atentar-se às informações homogêneas e no que se diferencia dentro do mesmo grupo social.

Para Rhoden e Zancan (2020), a pesquisa qualitativa envolve um conjunto abrangente de significados, crenças, ideais, valores e atitudes, o qual é muito mais significativo para a compreensão das relações, dos processos e fenômenos, assim não é possível simplificá-los à operacionalização de variáveis.

Para a pesquisa qualitativa, todo assunto é considerado único, pois esse mesmo tema pode ser abordado de diversos pontos de vista diferentes em cada pesquisa, e isso traz uma grande riqueza de significados.

## 5. ANÁLISE DOS RESULTADOS

### 5.1 O SOFRIMENTO PSÍQUICO DE MULHERES CISGÊNERO EM RELACIONAMENTOS HETEROSSEXUAIS ABUSIVOS.

A proposta deste trabalho está relacionada ao conceito de mulheres cisgêneros. Dessa forma, torna-se importante compreender o significado dessa nomenclatura. O termo cisgênero é definido como “não-transgênero”, os prefixos cis e trans são antônimos: de maneira simplificada, cis significa “ao lado de (algo)” e trans significa “ao lado oposto de (algo)”, como se observa em Cava et al (2022).

A distinção entre cis e trans foi introduzida na sexologia em 1914. O autor supracitado apresenta a comparação entre o termo Cisvestitismus (a tendência de se vestir de acordo com o gênero estabelecido) e o Transvestitismus (travestismo ou cross-dressing). O uso do termo cisgênero depende do uso do termo transgênero. Quando transgênero é usado como sinônimo de transexual, cisgênero refere-se a cis sexual. Em contraste, quando transgênero é usado como um termo genérico para a não-normatividade de gênero, cisgênero refere-se à normatividade de gênero, conforme compreende-se em Cava et al. (2022).

Diante disso, vale também salientar que a abordagem feita neste estudo se refere a relacionamentos heterossexuais. A heterossexualidade assumiu o seu significado mais recente: “a expressão da paixão sexual pelo sexo oposto” em 1934.

Compreendido o público-alvo da reflexão deste trabalho, pode-se atentar aos fatores que tornam um relacionamento abusivo. Para isso, aponta-se a seguir como se caracteriza a violência e seus tipos.

De acordo com Dahlberg e Krug (2006), a Organização Mundial da Saúde (OMS) define violência como o uso de força física ou poder, em ameaça ou na prática, contra si próprio, outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade que resulte ou possa resultar em sofrimento, morte, dano psicológico, desenvolvimento prejudicado ou privação.

Dahlberg e Krug (2006) ainda compartilham que a inclusão da palavra “poder” pela OMS para definir “violência” expandiu seu conceito e passou a abranger ações decorrentes de abuso de poder, abarcando ameaças e intimidações. Além disso, também adiciona negligência e todas as formas de abuso físico, sexual e psicológico.

Esta definição cobre uma ampla gama de resultados, incluindo injúria psicológica, privação e desenvolvimento precário. Ela reflete um crescente reconhecimento entre pesquisadores da necessidade de incluir a violência que não produza necessariamente sofrimento ou morte, mas que, apesar disso, impõe um peso substancial em indivíduos, famílias, comunidades e sistemas de saúde em todo o mundo.

Ainda sobre violência, pode-se afirmar que:

Muitas formas de violência contra mulheres, crianças e idosos, por exemplo, podem resultar em problemas físicos, psicológicos e sociais que não representam necessariamente ferimentos, incapacidade ou morte. Tais consequências podem ser imediatas ou latentes e durar por anos após o ato abusivo inicial. Assim, definir as consequências somente em termos de ferimento ou morte limita a compreensão total da violência em indivíduos, nas comunidades e na sociedade em geral. (DAHLBERG; KRUG, 2006, p.1165)

Segundo a Lei Maria da Penha - Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, são formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:

I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação.

Quando se pensa no perfil psicológico de homens que praticam a violência doméstica, Neal (2018) explica que um abusador pode ser uma pessoa que possui muitas qualidades, ser uma pessoa aparentemente divertida, compreensiva, amigável, agradável, simpática, atenciosa, mas ao mesmo, pode estar disfarçando suas características abusivas e dificultando a sinalização de suas verdadeiras intenções.

O fato de a pessoa apresentar qualidades positivas e não apresentar todas as

possíveis características levantadas não desqualifica o sujeito de um perfil de abusador, visto que estas características possivelmente estão sendo mascaradas intencionalmente. O potencial de destruição que um abusador possui, não pode ser subestimado, pois eles são capazes de ações destrutivas imensuráveis.

Segundo Neal (2018), o abusador costuma se mostrar uma pessoa encantadora, com as pessoas ao redor, fazendo a vítima duvidar de seu próprio questionamento, visto que ele se apresenta como uma pessoa incrível e muito amável. A detecção de um abusador pode ser muito difícil no início de um relacionamento, pelo fato de que ele pode possuir características distintas e que pode confundir a vítima, pois ele pode ser um sujeito tímido, ambicioso, descontraído, ter ou não uma condição de dinheiro e poder, porém existem alguns padrões de comportamento que podem auxiliar nesta identificação. Quanto mais rápida esta ocorrer, pode ser mais fácil de sair da situação, antes que o abuso tome uma proporção ainda maior.

A autora supracitada apresenta alguns dos sinais que podem servir de alerta precoce perante um abusador, são eles: a intensidade e envolvimento demasiado na relação; necessidade de contato constante; considerar a seriedade do relacionamento em pouco espaço de tempo; simpatia excessiva; exigência de muita atenção ou desencorajamento da vítima para interagir com outras pessoas, principalmente se notar que estas não gostam dele; histórico de não cooperar com os demais; é desrespeitoso com a vítima; faz a vítima se sentir constantemente desconfortável; apresenta sinais de controle, possessividade, egocentrismo, ciúmes excessivo; não se responsabiliza pelas próprias ações; abusa de substâncias químicas; demonstra atitudes negativas perante às mulheres; muda o comportamento na frente das pessoas; debocha ou humilha a vítima; questiona constantemente as decisões da parceira; menospreza as metas da vítima; sempre se mostra contraditório as opiniões; nunca demonstra estar feliz ou satisfeito, independente dos esforços da parceira; busca manter a mesma isolada das pessoas.

A maioria dos sinais de um perfil abusador são apresentados de forma sutil e gradual, conforme a evolução do relacionamento, até mesmo pelo fato de que o mesmo precisa conquistar a vítima e estar com a situação sob seu controle, para então conseguir manifestar os demais sinais. (NEAL, 2018).

Os comportamentos são demonstrados em pequenas ações, por vezes em tom de brincadeira, até que aos poucos, ele vai conseguindo manter a vítima em seu

domínio. Os abusadores são pessoas que não costumam demonstrar uma certa empatia pelos demais, estão sempre na defensiva e manipulando suas parceiras, fazendo-as acreditarem que elas estão constantemente erradas e que estão sempre exagerando quando demonstram insatisfação com algo, tornando as mesmas como as abusadoras da relação.

Os abusadores buscam sempre encontrar formas de punir suas vítimas, virando o jogo sempre a favor deles, muitas vezes fazendo a vítima se sentir culpada pela situação que ele mesmo causou. Eles vivem sempre em um movimento de morde e assopra, onde eles ofendem e depois amenizam a situação se desculpando com ações grandiosas, onde a vítima repensa e aceita as desculpas.

Muitos deles, utilizam-se de um humor sarcástico em suas brincadeiras, fazendo piadas ofensivas e colocando como uma simples brincadeira no final. Muitos demonstram descaso com os filhos, com os quais possuem uma relação distanciada. Por vezes, costumam justificar muitas destas ações pelo uso de álcool ou substância química, afinal, eles nunca assumem a responsabilidade de seus atos e transferem essa responsabilidade para algo ou alguém.

Já as mulheres vítimas de violência, de acordo com Neal (2018), são, em geral, extremamente responsáveis e assumem muito mais as responsabilidades do relacionamento do que a outra parte - de forma injusta. Desta forma, elas colaboram inconscientemente para que o parceiro abusador continue no controle, o que gera falsa sensação de paz, e a mulher então acaba se esforçando para manter o clima bom, submetendo-se ao parceiro.

A autora afirma ainda que essas mulheres são também bastante empáticas, costumando sentir compaixão pela situação ou história de vida de seu parceiro, inclusive é este o gatilho que muitas vezes cria o vínculo no início do relacionamento, quando o abusador percebe que tal empatia a deixa vulnerável. Esse perfil torna mais fácil a manipulação por parte do abusador, que procura sempre ser o centro das atenções da parceira e atrair sua compaixão para mantê-la presa ao relacionamento.

Mulheres pacificadoras também são presas fáceis para abusadores. Elas sempre procuram fugir de conflitos, questionam-se com frequência e chegam a se sentirem fracas por esta falta de motivação para envolver-se em alguma luta.

Estão sempre buscando a perfeição e pensam que, se não a alcançarem, nunca serão dignas de aprovação do parceiro, o que as torna vítimas nas mãos de quem procura tirar algum proveito dessas características.

Com relação às estatísticas ligadas a essas vítimas, são encontradas inúmeras publicações concentrando dados que nos ajudam a entender melhor quem são essas mulheres e o contexto em que vivem.

Como se vê em Amaral et al (2016), um estudo realizado na Unidade de Proteção Especial à Mulher do Estado do Ceará, em 2016, reuniu alguns dados importantes através de entrevistas com mulheres acolhidas pela Casa do Caminho. A maioria das vítimas se declarava parda (porcentagem), era jovem (média de 29/30 anos), tinha baixa escolaridade e não possuía renda mensal fixa.

Zart e Scortegagna (2015) apresentam dados obtidos mediante um trabalho de pesquisa na Casa de Apoio Maria da Penha, no Rio Grande do Sul, os quais também indicam a maior parte das vítimas acolhidas como jovens, com 33 anos em média, e de baixa escolaridade.

Paiva & Teixeira (2021) realizaram uma pesquisa de campo com profissionais de saúde de um CAPS em uma cidade de Minas Gerais. As pesquisadoras ressaltam que a violência contra a mulher afeta sua saúde de diversas maneiras, provocando problemas psicossociais, como transtornos mentais, depressão, abuso de drogas, afastamento do trabalho e até suicídio.

As estudiosas apontam lacunas nos CAPS, mostrando certa negligência em relação à violência doméstica e seus efeitos sobre a saúde mental das vítimas.

Os profissionais entrevistados relataram que a violência enfrentada está relacionada aos sintomas psicopatológicos e que, geralmente, a mulher quando procura o serviço oferecido já traz as consequências de uma violência vivida no passado: transtornos, estresse pós-traumático e depressão, este em número maior de casos.

As autoras supracitadas explicam que, por centenas de anos, as mulheres foram compreendidas como mais propensas a desenvolverem transtornos psicológicos, considerando sua condição biológica. Entretanto, há pesquisas que confirmam que o desenvolvimento de transtornos está intimamente ligado a fatores como: escolaridade, gênero e baixa renda.

Dessa forma, entende-se o sofrimento mental vivido pelas mulheres como consequência de condições sociais relacionadas à classe, gênero e raça resultantes de determinados fatos históricos.

## 5.2 A RELAÇÃO ENTRE RACISMO E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Embora muito tempo tenha se passado desde a abolição da escravatura no Brasil, ocorrida em 1888, a luta antirracista é um assunto frequente e muito vivo na atualidade, já que vivenciamos situações de desigualdade em razão da cor da pele nas mais variadas esferas da sociedade a todo momento.

Assim como disserta Nunes (2006), as manifestações racistas transitam entre formas explícitas ou silenciosas, envolvendo violência verbal ou física ou de forma mais velada como olhares preconceituosos.

Segundo Jones (2002 apud WERNECK, 2016, p. 541), o racismo é incorporado inconscientemente, por meio da internalização, ou seja, a aceitação das normas racistas pelos indivíduos, integrando opiniões e estigmas. O racismo interpessoal é expresso através do preconceito e da discriminação, do comportamento intencional ou não intencional entre as pessoas.

Gonçalves Filho (2017) compreende o racismo como um processo histórico e social, já que se trata da luta de um grupo em oposição a outro. Dessa forma, a humilhação ou o ataque a um negro corresponde sempre a um ataque contra um grupo, contra uma comunidade.

Para Werneck (2016), o racismo está diretamente relacionado ao capitalismo e ao patriarcado, que resulta em uma singularidade histórica, política e social.

Oliveira e Kubiack (2019) realizam um recorte sobre o racismo e sua relação com o sexismo, tornando possível enxergar a mulher negra como duplamente vítima de tais discriminações.

A violência racista contra mulheres negras é associada à violência de gênero. Segundo Oliveira (2003), se a violência de gênero atinge todas as mulheres, pode-se ressaltar que, às negras, ainda se acrescenta uma violência de outra natureza: a racial/étnica.

Quando se fala de violência contra a mulher, Bandeira (2014) explica que esse tipo de violência é motivado pelas condições desiguais de sexo marcadas pela

hierarquia presente no meio familiar.

Além disso, aspectos como raça, classe social, faixa etária, entre outros são relevantes para indicar a posição que a mulher vai ocupar no contexto familiar. Assim, o machismo e o racismo têm a função de coisificar as mulheres, utilizando, por isso, apelidos como “macaca”, “bicha fedorenta”, entre tantos outros, negando a elas a condição de ser humano.

Pereira (2013) reconhece que a violência doméstica afeta mulheres de todas as raças e esferas sociais. No entanto, destaca que existe uma forma de violência adicional que impacta a identidade pessoal das mulheres negras, limitando suas oportunidades de se apresentarem de forma positiva, de encontrarem relacionamentos afetivos saudáveis e de expressarem plenamente sua sexualidade.

A violência sexual também é marcada pelo racismo, já que, em meio a situações conflituosas, o homem tende a suspeitar da conduta sexual da mulher, suspeitando sempre de traições, ou seja, associando as mulheres negras à promiscuidade, à prostituição, como apresentam Machado e Magalhães (1998)

Carrijo e Martins (2020) citam Romio (2013) apontando outros fatores de risco:

Conflitos familiares, intolerância religiosa, vulnerabilidade social devido ao perigo nas áreas onde elas residem, racismo, desigualdades socioeconômicas, violências sexuais, conflitos nas relações conjugais-afetivas-sexuais, falta de segurança na sociedade em geral, além da extrapolação da violência conjugal para além do matrimônio e demais particularidades. (ROMIO, 2013 apud CARRIJO E MARTINS, 2020, p.3)

Por isso, em Carrijo e Martins (2020), percebe-se que é importante considerar o conjunto de aspectos estruturais da violência contra a mulher já que há uma sobreposição de violências e vulnerabilidades, isto é a violência racial soma-se, por exemplo, à violência de gênero e ambas fortalecem uma à outra.

O racismo pode comprometer diversos aspectos da vida da mulher negra, impedindo que ela tenha uma vida saudável e feliz. Para Brito (2004) a violência racial está relacionada diretamente e é um fator determinante para a violência doméstica sofrida pelas mulheres negras.

Segundo Suárez (1998), mulheres negras estão mais suscetíveis a sofrerem violência doméstica devido um desfavorecimento a essa população na hierarquia social, de gênero e de raça. A autora aponta também que na visão do agressor,

existe um componente de oportunidade, uma vez que ele enxerga uma diferença entre o nível de poder da mulher branca e negra para enfrentá-lo.

Oliveira (2004) salienta que o fator racial deve ser considerado nos casos em que a violência doméstica acontece. A autora compartilha que o material acadêmico sobre o assunto ainda é escasso e que os profissionais de saúde e as políticas públicas devem ter uma abordagem diferenciada e adaptada para as mulheres negras vítimas de violência doméstica.

Em Oliveira e Kubiack (2019), destaca-se que é possível identificar a dificuldade do acesso dessas mulheres aos serviços de saúde, bem como a diferenciação no atendimento, pois, quando comparadas às mulheres brancas, as negras recebem menos atenção.

Além disso, a ocorrência de alguns estigmas também foi observada, tais como a crença de que a população negra seria mais resistente a doenças, ou mesmo o fato de se minimizar a dor de tal segmento da população. Tal descaso especificamente com as questões de saúde física e mental da mulher negra, evidenciam o racismo enraizado e estrutural completamente vivo em nossa sociedade nos dias de hoje.

### 5.3 MULHERES NEGRAS X MULHERES NÃO NEGRAS

De acordo com Pereira, Camargo e Aoyama (2018) a violência psicológica afeta a saúde mental das mulheres no geral, interferindo na confiança em si mesma e suas competências para realizar tarefas de seu cotidiano. O trauma pode causar alteração psicológica significativa, como, o estado de choque que ocorre imediatamente após a agressão, com duração que varia entre horas e dias.

Em Kashani & Allan, (1998, apud PEREIRA, CAMARGO E AOYAMA et al. 2018, p.16), nota-se nas vítimas de violência doméstica o sofrimento psíquico causado por: insônia, pesadelos, irritabilidade, falta de apetite e concentração; psicopatologias como depressão, síndrome do pânico, ansiedade, estresse pós-traumático, bem como comportamentos autodestrutivos devido ao uso de drogas, álcool ou/e tentativas de suicídio.

Pereira, Camargo e Aoyama (2018) explicam que mulheres vítimas de abuso psicológico não conseguem tomar nenhum tipo de iniciativa, tornam-se submissas à vontade do parceiro e até mesmo não conseguem realizar tarefas simples do seu cotidiano.

Perante o cenário violento na vida conjugal de uma mulher, ela pode apresentar também dificuldades em se comunicar com outras pessoas, reconhecer e comprometer-se com desafios encontrados e pode desenvolver sentimento de insegurança ao ter de tomar decisões.

De acordo com Gomes et al (2022), um estudo, realizado em Salvador durante o ano de 2020 com a participação de mulheres vítimas de violência doméstica, trouxe características importantes sobre o perfil dessas vítimas e os motivos que as levam a permanecer no relacionamento.

Entre as 29 mulheres entrevistadas, 19 declararam se pretas, 23 eram consideradas de baixa renda e todas habitavam zonas periféricas de Salvador.

Tal como exposto anteriormente neste trabalho, a mulher negra vive, desde os primórdios da sociedade, situação de dupla vulnerabilidade e sofrimento. De um lado, o racismo estrutural que atravessa os séculos, do outro, o patriarcado e suas raízes nas instituições tradicionais da sociedade - família, Estado e as religiões.

Ambas colocam a mulher negra muitas vezes como vítima, fadada ao sofrimento e à marginalização.

O sentimento de domínio masculino em relação às mulheres pretas as coloca suscetível a relacionamentos abusivos e episódios de violência, seja ela física, verbal, psicológica ou patrimonial, e contribui cada vez mais para a crença de que estas mulheres não são capazes de viverem relacionamentos verdadeiramente saudáveis, serem valorizadas e amadas por seus companheiros.

Gomes et al (2022) destacam ainda a questão da idealização feminina acerca do casamento e a construção da família, que geralmente tende a dar esperança a elas de que o parceiro mude o seu comportamento e as agressões cessem, configurando um relacionamento de idas e vindas, em que a mulher na maioria das vezes acaba cedendo aos seus sentimentos e perdoa o agressor.

No caso da mulher negra, conforme o estudo supracitado, os autores ressaltam que devido à comum situação de vulnerabilidade social, este contexto é vivenciado ainda com maior frequência, visto que tal público muitas vezes é dependente de seu parceiro, tanto financeiramente quanto emocionalmente.

Silva (2021) cita uma análise realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2020), na qual observa-se que em torno de 66,6% dos casos de violência doméstica foram registradas por mulheres negras, são elas pardas e pretas, evidenciando a grande vulnerabilidade dessa população, visto que a análise corresponde à 52,4% da população nos estados. Este percentual mostra que enquanto o número de mulheres brancas diminuiu 11,7%, o índice das mulheres negras aumentou 12,4% no mesmo período.

Amorim e Messias (2019) afirmam que além das questões de desigualdade de gênero e demais contextos, as mulheres negras carregam marcas do recorte histórico de escravidão vivido no Brasil.

O tratamento diferenciado entre mulheres brancas e negras são descritos por Del Priore (2013 apud MESSIAS & AMORIN, 2019, p.24) como uma violência real e muitas vezes simbólica, onde os gestos e linguagem mais deploráveis sempre foram direcionados às mulheres negras e escravizadas, em contrapartida, as mulheres brancas recebiam galanteios e palavras amáveis.

Os convites sexuais eram direcionados às negras escravizadas e pardas, pois elas eram vistas como fáceis, que naturalmente corresponde às investidas diretas, sem qualquer tipo de questionamento ou resistência.

Para Amorim e Messias (2019), as raízes do tratamento da sociedade com as mulheres são sexistas. A mulher branca foi padronizada como a mulher perfeita para casar-se, pois representa a inocência, fragilidade, ou seja, um papel mais adaptado ao papel de dona de casa, esposa e mãe, ao contrário da mulher negra, que é vista muitas vezes como um objeto, direcionada para satisfazer a sexualidade masculina e como alguém que pode tolerar qualquer situação.

A mulher negra teve sua representação de valor sentimental retirada, a qual lhe permitia ser vista de forma mais humanizada. Olhando por este aspecto, fica evidente que a mulher negra foi duplamente injustiçada, pois estes padrões a submeteu à uma vida solitária, com diversas situações vivenciadas de abandono afetivo, sendo constantemente julgada e associada à promiscuidade, além de ser vista como alguém incapaz ou sem interesse de vivenciar uma relação de forma afetiva, amorosa e duradoura.

Para Silva (2021), a mulher negra sofre uma das primeiras violências em sua juventude, quando encontra dificuldades em se encaixar socialmente, contribuindo para uma frágil identidade, onde ela passa a seguir determinados padrões para então ser aceita, permitindo atos de violência psicológica social, que influenciam em uma baixa autoestima e danos emocionais. Diante disso, se torna mais difícil o critério de seleção na escolha dos parceiros que passam a se relacionar afetivamente.

PAIVA et al (2017 apud SILVA 2021 p.12) salienta que as experiências negativas vivenciadas pela mulher negra na esfera afetiva trazem uma diminuição da autoestima que influencia nas relações, pois traz um sentimento contínuo de inferioridade.

Em muitos casos de violências domésticas, reforçam-se ainda mais este sentimento de humilhação, fazendo-as pensar que se saírem desta relação, não vão encontrar mais ninguém que se interesse por elas, inclusive por passarem a se achar desprovidas de beleza física.

Para Silva (2021), a permanência destas mulheres nesse tipo de relacionamento se encontra com o ideal social de que a mulher precisa estar casada para não ficar abandonada, surgindo como um receio de se tornar solitária, o que favorece sua permanência em situações de desvalorização da mulher negra, compreendendo-se como um indivíduo que pode suportar estas violências para não enfrentar uma possível solidão afetivo-social-sexual.

Silva (2021) destaca que a escolha preferencial por mulheres brancas e a pouca demanda de escolha por mulheres negras em relacionamentos conjugais pode direcioná-las a entrarem e permanecerem em um relacionamento abusivo. Esse tipo de relacionamento, pautado por uma violência psicológica contra a mulher, é sempre regado de inferioridade e relatos de que apenas tal agressor irá suportá-la, pois ninguém mais vai aceitá-la, já que ela não é digna de amor, entre outros comentários que se mostram de forma velada, mas que não deixam de ser violentos.

Quando se trata de violência doméstica, é inevitável abordar a questão dos homicídios. Segundo o IBGE (2020), em 2019, 66% dos assassinatos de mulheres em solo brasileiro, tratava-se de mulheres negras (consideram-se pretas e pardas). Compreende-se que a chance de uma mulher negra ser vítima de homicídio é quase duas vezes maior do que o risco de uma mulher não negra (considera-se branca, amarela e indígena).

Conforme se observa em Cerqueira et al. (2021), entre os anos de 2009 e 2019, nota-se um aumento de 2% no número de mulheres negras vítimas de homicídio. Entretanto, o número de mulheres não negras assassinadas foi reduzido em 26,9% nessa mesma década.

No Brasil, o termo feminicídio entrou para o Código Penal em 2015 a fim de qualificar o crime de homicídio. Assim, a Lei 13.104/2015 classifica o feminicídio como um tipo de homicídio doloso motivado por violência doméstica e/ou pelo desprezo pelo gênero feminino.

Nos anos de 2009 até 2019, o feminicídio nas residências cresceu em 10,6%, porém fora das residências houve uma redução da taxa de feminicídio de 20,6%, caracterizando, assim, um crescimento da violência doméstica.

Segundo Gomes (2014 apud CERQUEIRA ET AL, 2021, p.42) há uma diferença em relação ao instrumento utilizado para cometer o feminicídio dentro e fora das residências. As armas de fogo foram utilizadas em 54,2% dos casos fora de casa e em 37,5% dos homicídios dentro de casa. Essa diferença acontece porque, no contexto doméstico, o crime ocorre devido a um conflito interpessoal entre os cônjuges e o agressor recorre ao objeto mais próximo para agredir a companheira.

Embora o foco deste trabalho seja o sofrimento psíquico provocado pela violência doméstica, é importante atentar aos números em relação ao feminicídio em residências porque eles retratam a quantidade de mulheres que não receberam apoio eficiente para conseguirem se livrar de relacionamentos destrutivos e que

também por estarem adoecidas mentalmente permaneceram em um ambiente tóxico e de alta periculosidade, culminando em sua morte.

#### 5.4 A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER À LUZ DA PSICOLOGIA SOCIAL

A violência ocorre nas relações sociais entre os indivíduos, portanto exige uma responsabilidade psicossocial, sendo assim, a psicologia social preocupa-se em estudar a violência, por meio de análises de sua natureza, visando sua compreensão e características psicossociais, podendo propor intervenções diretas e indiretas.

Conforme Brum, (2011, apud CHOLODOVSKIS e CHOLODOVSKIS. 2014), para a psicologia social a violência é caracterizada por qualquer comportamento que vise causar dano físico ou psicológico a outra pessoa. Ainda conforme esta mesma autora, a violência é reconhecida quando se tem intenção em causar danos físicos ou psicológicos a alguém.

Concha e Malo (2006, apud CHOLODOVSKIS e CHOLODOVSKIS ,2014, p.182) entendem que a violência é uma questão social de saúde pública, pois reflete na saúde física, psicológica e/ou sexual das vítimas, sendo vista como uma violência social e interpessoal, afetando o desenvolvimento do sujeito.

Para Minayo e Souza (1997, p. 525, apud CHOLODOVSKIS e CHOLODOVSKIS. 2014, p. 180), é no indivíduo, em sua complexa totalidade, que a violência se concretiza enquanto agressão e/ou vitimização. Conforme já apontado, ela está relacionada não apenas com os bens das pessoas e com seu corpo, mas com o psiquismo, afeta o ego corpóreo e o eu psíquico. Por isso, é necessário integrar a psicologia social às análises da violência, já que a psicologia social é uma área que trabalha com conceitos importantes como processo de identificação, grupos de referências, características de personalidade, relação entre frustração-agressão e diferenciação entre agressividade e violência.

A violência doméstica é um problema social real que ocorre em todos os níveis da sociedade, mas é reprimida, sendo mantida em segredo inclusive dentro do ambiente familiar.

Conforme ressalta Hanada et al (2010), a violência doméstica é um problema extremamente complexo e que envolve várias esferas da sociedade, o que implica na necessidade de um trabalho multidisciplinar e muito bem estruturado, de forma a acolher esta vítima em todos os âmbitos cuja tal experiência a atinge.

Em seus estudos, as autoras supracitadas identificaram que o trabalho de acolhimento às vítimas que chegam aos serviços básicos com queixas de violência

como hospitais e delegacias, por exemplo, é visto por estes setores como exclusividade dos psicólogos ou psiquiatras, e com isso são diretamente encaminhados a esses profissionais. Tal fato contribui para que a vítima precise passar por vários locais e serviços diferentes até que se sinta de fato acolhida e protegida, por isso, corre-se o risco de que elas desistam do atendimento nesses intervalos.

Ainda com base nas pesquisas realizadas, Hanada et al (2010) analisaram que, em seus atendimentos, os psicólogos acabam prestando assistência de forma macro, incluindo a mulher, seus filhos, sejam crianças ou jovens, o companheiro, e, por vezes, também algum outro membro da família envolvido na situação de violência.

Para Brum (2011), acredita-se que o “diagnóstico deste evento é dificultado por fatores culturais e pela falta de orientação dos usuários e de profissionais, que não se sentem capacitados para enfrentar os desdobramentos posteriores” (apud CHOLODOVSKIS e CHOLODOVSKIS, 2014 p.182).

Desse modo, as autoras Hanada et al (2010) defendem que com o investimento adequado em capacitação, é possível trabalhar de forma multiprofissional, de modo que as vítimas tenham acesso a um acolhimento inicial mais bem estruturado, visando garantir escuta empática e acolhedora, bem como orientações precisas quanto aos seus direitos.

Para Concha e Malo (2006, CHOLODOVSKIS e CHOLODOVSKIS,2014, p.183), os programas de prevenção de violência podem agir em três níveis diferenciados, na prevenção primária, secundária e terciária. A prevenção primária está interligada à atuação do Psicólogo Social, que busca reduzir o desequilíbrio social, através da educação, respeito, tolerância, ética e valor do sujeito em seu ambiente familiar e social. Já a prevenção secundária possui o foco em situações de violência que já aconteceram, agindo para evitar que ocorra novamente. Para evitar maiores prejuízos às pessoas que já foram violentadas, a psicologia social atua também como prevenção terciária, auxiliando na promoção da restauração do ambiente prejudicado.

Segundo Minayo (2006, apud CHOLODOVSKIS e CHOLODOVSKIS, 2014, p. 184), a psicologia social deve possuir o objetivo de estudar sobre as melhores formas de intervenção, além de analisar as propostas para ajudar as famílias, diante dos efeitos causados pela violência, se aproximando das características da pessoa

violentada e do agressor, assim identificando os fatores desencadeantes de tal violência e analisando também como podem oferecer uma intervenção adequada dentro deste ambiente.

Garcia e Beiras (2019) destacam a importância da psicologia social ao abordar as dinâmicas sociais que sustentam, intensificam e contribuem para a violência contra as mulheres. Segundo eles, isso demonstra um compromisso em compreender as raízes e causas relacionadas a violência de gênero, em vez de se limitar a abordagens puramente empíricas.

Garcia e Beiras (2019) também apontam a psicologia social como instrumento que pode ajudar a desvendar os discursos de violência que perpetuam estereótipos de gênero e contribuem para a manutenção dessas práticas violentas. Através de uma análise crítica das representações sociais, das normas culturais e das interações sociais, é possível identificar como esses discursos são construídos e disseminados na sociedade, além de também refletir em maneiras de reduzir o efeito dessa disseminação.

A psicologia social pode contribuir na formulação e desenvolvimento de políticas públicas, programas de prevenção e intervenções que visem à transformação das atitudes, crenças e comportamentos que sustentam essa forma de violência. Essa visão é fundamental para o desenvolvimento de estratégias de intervenção mais eficazes.

Garcia e Beiras (2019) enfatizam a contribuição e o papel crucial da psicologia social no combate à violência doméstica, pois esta é capaz de fornecer ferramentas para entender, prevenir e superar essa problemática, apoiando as mulheres afetadas e ajudando-as a recuperar sua dignidade e segurança, além de contribuir para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreende-se que relacionamentos abusivos são relacionamentos marcados pelo abuso de poder, considerando que a definição de violência abrange o abuso de poder, envolvendo ameaças e intimidações, e que violência doméstica corresponde a formas de abuso físico, sexual e/ou psicológico por parte do cônjuge.

Após o contato com algumas pesquisas sobre o tema, tornou-se evidente que o número de mulheres negras que vivenciam a violência doméstica por parte do cônjuge é maior do que a quantidade de mulheres brancas, inclusive o feminicídio entre as mulheres negras também se sobressai, sendo duas vezes maior o índice, o que evidencia a ausência de políticas públicas eficazes para a solução do problema.

Observou-se, com este trabalho, que o racismo implica na desvalorização e na opressão das mulheres negras refletindo em suas relações sociais, políticas e, como comprovado, afetivas também. Assim, o efeito na saúde mental dessas mulheres é maior, já que sofrem prejuízos reforçados pelo racismo.

Notou-se que os agressores possuem um perfil psicológico específico e apresentam comportamentos peculiares que inicialmente não são detectados pelas vítimas. Assim, faz-se importante um trabalho de psicoeducação a fim de informar as mulheres para que fiquem em alerta quando diante de sinais de abusos, que, muitas vezes, são romantizados pelo patriarcado.

Em relação ao perfil das vítimas, identificam-se algumas peculiaridades, entre elas a ausência de uma renda fixa, tornando a mulher dependente financeiramente do agressor, o que contribui para o alto índice de casos.

As pesquisas realizadas pelo grupo ressaltaram os problemas psicossociais causados pela violência doméstica e possibilitaram verificar as lacunas na saúde pública para lidar com os efeitos sobre a saúde mental dessas mulheres, especialmente das mulheres negras, já que se identificou a dificuldade do acesso dessas mulheres aos serviços de saúde, bem como a diferenciação no atendimento, pois, percebeu-se que quando comparadas às mulheres brancas, as negras recebem menos atenção.

Entende-se, portanto, que o racismo implica em todas as esferas da vida da mulher negra, inclusive em suas relações afetivas, já que a sociedade estruturou o pensamento de que a mulher branca é para casar, pois representa a inocência e o ideal de esposa e mãe. Enquanto a mulher negra é sexualizada e coisificada, serve

apenas para satisfazer o homem e tem obrigação de tolerar qualquer situação já que sua autoestima que é afetada negativamente desde a infância a faz acreditar não ser merecedora de ser amada.

Portanto, a hipótese inicial deste trabalho foi confirmada no decorrer das pesquisas, pois de fato a mulher negra sofre maior consequência de relacionamentos destrutivos em sua saúde mental, primeiramente por estar em número maior nesse contexto de violência doméstica e também porque o sentimento de inferioridade e desvalorização construído desde a infância favorece a compreensão de que ela deve suportar qualquer tipo de violência para não enfrentar uma possível solidão nos âmbitos afetivo, social e sexual.

Conclui-se, então, que este trabalho é de extrema relevância para a prática da psicologia já que se vive em um país cujo racismo é enraizado e marginaliza a população negra, em especial a mulher. Dessa forma a psicologia precisa ocupar-se do tema a fim de discutir, pensar e implementar políticas públicas a fim de proteger as vítimas de violência doméstica por parte de relacionamentos abusivos. Assim como, desenvolver programas de autoconhecimento e de empoderamento a essas mulheres.

Certamente, a realização de pesquisas nessa área é extremamente relevante para oferecer visibilidade a essa população e assim colaborar na luta antirracista.

A psicologia social tem um papel fundamental nessa questão, pois por meio do estudo do contexto social desses indivíduos, tanto vítimas quanto agressores, é possível compreender o comportamento de ambos e desenvolver ações de proteção e prevenção.

Diante deste cenário, em pesquisas futuras, faz-se relevante ir a campo identificar as necessidades dessa população a fim de promover estratégias que alcancem a realidade da mulher negra, considerando o contexto de racismo presente em sua vida com o intuito de formular programas de prevenção e de intervenção específicos e acessíveis para esse público, a fim de oferecer apoio para que recuperar sua dignidade, desenvolver sua autonomia e independência tanto financeira quanto emocional, tornando-a capaz de reconhecer a sua importância enquanto mulher negra na sociedade atual.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AMARAL, Luana Bandeira de Mello *et al.* Violência doméstica e a Lei Maria da Penha: perfil das agressões sofridas por mulheres abrigadas em unidade social de proteção. **Revista Estudos Feministas**, Ceará, v. 24, n. 2, p. 521-540, ago. 2016. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1805-9584-2016v24n2p521>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/hhpBZPY3scgf4Q7KLKRD4Kf/?lang=pt>. Acesso em: 10 set. 2023.

AMBROSINO, Brandon. Como foi criada a heterossexualidade como a conhecemos hoje. **BBC news Brasil**, 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/vert-fut-40093671>. Acesso em: 12 set. 2023.

AMORIM, F. P.; MESSIAS, L. Relações afetivas e mulheres negras: Objeto sexual ou solidão. **Revista Espirales**, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 12–35, 2019. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/espirales/article/view/1634>.

BANDEIRA, Lourdes Maria. “Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação”. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 449-469, maio/ago. 2014.

BRASILEIRO, Ada Magaly Matias. Como produzir textos acadêmicos e científicos. São Paulo: Ed. Contexto, 2021. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br-/Leitor/Publicacao/186697/pdf/22> - Acesso em 26 de Maio de 2023.

BRASILIA. KARLA ALESSANDRA. **Debatedores dizem que violência contra a mulher é agravada pelo racismo estrutural**. 2021. Agência Câmara de Notícias. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/828714-debatedores-dizem-que-violencia-contra-a-mulher-e-agravada-pelo-racismo-estrutural/>. Acesso em: 03 abr. 2023.

BRITO, Benilda Regina. Sociedade: mulher, negra e pobre: a tripla discriminação. **Teoria e Debate**, n. 36, out. nov. dez. 1997.

CARRIJO, Christiane; MARTINS, Paloma Afonso. A violência doméstica e racismo contra mulheres negras. **Revista Estudos Feministas**, [S.L.], v. 28, n. 2, p. 2-14, 2020. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/JK8t85xSSKbjtwkJzsexpqtq/?lang=pt#-ModalDownloads>. Acesso em: 03 abr. 2023.

CAVA, P.; BRAGA, P. de A. T.; NETO, R. M.; ZANOLI, V. Cisgênero e Cissexual. **Revista Ñanduty**, [S. l.], v. 10, n. 16, p. 153–159, 2022. DOI: 10.30612/nty.v10i16.16771. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index-.php/nanduty/article/view/16771>. Acesso em: 12 set. 2023.

CERQUEIRA et al., Atlas da Violência 2021 - Fórum Brasileiro de Segurança Pública — São Paulo: FBSP, 2021

CHOLODOVSKIS, Kaminsky Mello; CHOLODOVSKIS, Soraya Aparecida Dias . **Proposta da Psicologia Social para a Prevenção/Intervenção na Violência Intrafamiliar**. 2. ed. Tesis Psicológica: Fundação universitária Los Libertadores Colombia, 2014. 174-189 p. v. 9. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1390/139039784012.pdf> Acesso em: 21 out. 2023

COSTA, Jurandir Freire. Violência e Psicanálise. 2.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986. 189p.

DAHLBERG, Linda L.; KRUG, Etienne G. Violência: um problema global de saúde pública. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 11, n., p. 1163-1178, 2006. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-81232006000500007>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/jGnr6ZsLtwkhvdkrdhpcdw/>. Acesso em: 10 set. 2023.

EAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2020. 904 p.

FONSECA, Denire Holanda da; RIBEIRO, Cristiane Galvão; LEAL, Noêmia Soares Barbosa. Violência doméstica contra a mulher: realidades e representações sociais. **Psicologia & Sociedade**, [S.L.], v. 24, n. 2, p. 307-314, ago. 2012. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-71822012000200008>.

GARCIA, Ana Luíza Casasanta; BEIRAS, Adriano. A Psicologia Social no Estudo de Justificativas e Narrativas de Homens Autores de Violência. **Psicologia: Ciência e Profissão**, [S.L.], v. 39, n. 2, p. 1-14, nov. 2019. FapUNIFESP (SciELO).

<http://dx.doi.org/10.1590/1982-3703003225647>. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pcp/a/g8DbhvXFzDVhMXs96k85HXw/?lang=pt>. Acesso em: 23 out. 2023.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4<sup>a</sup> ed. São Paulo: Atlas, 2002

GOMES, Nadirlene Pereira *et al.* PERMANÊNCIA DE MULHERES EM RELACIONAMENTOS VIOLENTOS: desvelando o cotidiano conjugal. **Cogitare Enfermagem**, [S.L.], v. 27, p. 1-10, 18 abr. 2022. FapUNIFESP (SciELO).

<http://dx.doi.org/10.5380/ce.v27i0.78904>.

GOMES, Suely Ferreira; MINAYO, Maria Cecília De Souza. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. E-book. ISBN 9788532611451. Disponível em:

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/114696>. Acesso em: 27 mai. 2023.

GONÇALVES FILHO, José Moura. A dominação racista: o passado presente. **O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise**. Tradução. São Paulo: Perspectiva, 2017.

HANADA, Heloisa; D'OLIVEIRA, Ana Flávia Pires Lucas; SCHRAIBER, Lilia Blima. Os psicólogos na rede de assistência a mulheres em situação de violência. **Revista Estudos Feministas**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 33-60, abr. 2010. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ref/a/NT9hzc5kt6qFB4VGJZkT64m/?lang=pt>. Acesso em: 23 out. 2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira –

2020. Rio de Janeiro. **IBGE, 2020**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101760.pdf>. Acesso em: 10 outubro

Lei Maria da Penha. Lei n. 11.340/2006. Coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher. Presidência da República, 2006.

LIMA, Marcus Eugênio Oliveira; VALA, Jorge. As novas formas de expressão do preconceito e do racismo. **Estudos de Psicologia (Natal)**, Natal, v. 9, n. 3, p. 401-411, dez. 2004.

MACHADO, Lia Zanotta; MAGALHÃES, Maria Tereza Bossi. Violência Conjugal: os Espelhos e as Marcas Brasília: **EDUnB**, 1998.

MARTINS, Tafnes Varela; LIMA, Tiago Jessé Souza de; SANTOS, Walberto Silva. O efeito das microagressões raciais de gênero na saúde mental de mulheres negras. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 25, n. 7, p. 2793-2802, jul. 2020. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232020257.29182018>.

NASCIMENTO, Adriano Roberto Afonso do; GIANORDOLI-NASCIMENTO, Ingrid Faria; ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel. **Representações sociais, identidade e preconceito: estudos de psicologia social**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

NEAL, Avery. Relações destrutivas: se ele é tão bom assim, por que eu me sinto tão mal?. Tradução: Sandra Martha Dolinsky - São Paulo: Editora Gente, 2018.  
Perfil sociodemográfico de mulheres vítimas de violência doméstica e circunstâncias do crime

NUNES, Sylvia da Silveira. Racismo no Brasil: tentativas de disfarce de uma violência explícita. **Psicol. USP**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 89-98, mar. 2006

OLIVEIRA, Beatriz Muccini Costa; KUBIACK, Fabiana. Racismo institucional e a saúde da mulher negra: uma análise da produção científica brasileira. **Saúde em Debate**, [S.L.], v. 43, n. 122, p. 939-948, set. 2019. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0103-1104201912222>.

OLIVEIRA, Fátima. Saúde da população negra: Brasil ano 2001 Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2003.

OLIVEIRA, Fátima. “Avaliando e elencando os desafios”. In: SEMINÁRIO NACIONAL VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER - SAÚDE UM OLHAR DA MULHER NEGRA, 1, 2004, Santos, Casa de Cultura da Mulher Negra. Anais. Belo Horizonte: **Casa de Cultura da Mulher Negra**, 2004.

PEREIRA, Bruna Cristina Jaquetto. Tramas e dramas de gênero e de cor: a violência doméstica e familiar contra mulheres negras. **Sociedade e Estado**, [S.L.], v. 28, n. 2, p. 467-468, ago. 2013. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-69922013000200021>.

PEREIRA, Daniely Cristina de Souza; CAMARGO, Vanessa Silva; AOYAMA, Patricia Cristina Novaki. Análise funcional da permanência das mulheres nos relacionamentos abusivos: um estudo prático. **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva**, [S.L.], v. 20, n. 2, p. 10-25, 6 ago. 2018. Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva (RBTCC). <http://dx.doi.org/10.31505/rbtcc.v20i2.1026>.

PEREIRA, Fernando César Paulino. **Temas em psicologia social: mulheres e gêneros**. Jundiaí: Paco, 2022.

RAUPP, F. M., & BEUREN, I. M. (2006). **Metodologia da pesquisa aplicável às Ciências Sociais** (3rd ed., pp. 76-97). São Paulo: Atlas.

RHODEN, J. L. M.; ZANCAN, S. A perspectiva da abordagem qualitativa narrativa de cunho sociocultural: possibilidade metodológica na pesquisa em educação. **Educação**, [S. l.], v. 45, n. 1, p. e61/ 1–22, 2020. DOI: 10.5902/1984644436687. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/-reveducao/article/view/36867>. Acesso em: 27 maio. 2023.

RODRIGUES, Aroldo; ASSMAR, Eveline Maria Leal; JABLONSKI, Bernardo. **Psicologia Social**. 33. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2015. 675 p.

SANTOS, Gabrielle Christine et al. Impacto do Racismo nas Vivências de Mulheres Negras Brasileiras: um estudo fenomenológico. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Belo Horizonte, v. 43, n. 43, p. 1-16, abr. 2023.

SEVERINO, Antônio J. Metodologia do trabalho científico. São Paulo. Cortez, 2017. E-book. ISBN 9788524925207. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788524925207/>. Acesso em: 26 mai. 2023.

SILVA, Maria Fernanda Sousa. **A SOLIDÃO DA MULHER NEGRA**: a “cor do amor” em relacionamentos conjugais. 2021. 18 f. TCC (Graduação) - Curso de Psicologia, Centro Universitário Doutor Leão Sampaio, Juazeiro do Norte, 2021. Disponível em: <https://sis.unileao.edu.br/biblioteca/tcc>. Acesso em: 02 out. 2023.

STREY, Marlene Neves. **Psicologia social contemporânea**. Petrópolis: Vozes, 2013. 302 p.

SUÁREZ, Mireya. Autenticidade de gênero e cor. In: OLIVEIRA, Dijaci David de (org.). *A cor do medo: homicídios e relações raciais no Brasil*. Goiás: Centro Editorial e Gráfica Universidade Federal de Goiás, 1998.

PAIVA, Sabrina Pereira; TEIXEIRA, Júlia Magna da Silva. Violência contra a mulher e adoecimento mental: percepções e práticas de profissionais de saúde em um centro de atenção psicossocial. **Physis**: Revista de Saúde Coletiva, [S.L.], v. 31, n. 2, p. 1-21, set. 2021. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-73312021310214>.

WERNECK, Jurema. Racismo institucional e saúde da população negra. **Saúde e Sociedade**, [S.L.], v. 25, n. 3, p. 535-549, set. 2016. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-129020162610>.

ZART, Louise; SOCRTEGANA, Silvana Alba. PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DE MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E CIRCUNSTÂNCIAS DO CRIME. **Perspectiva**, Erechim, v. 148, n. 39, p. 85-93, dez. 2015